



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 105/2023-PROGESP

Leia estas instruções:

GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EM SAÚDE

1	Informe seu nome nos dois espaços indicados na parte inferior desta capa. Ao finalizar sua prova, a parte inferior, onde consta seu tema de prova didática sorteado, será destacada, preenchida pelo fiscal e entregue a você.
2	Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
3	Este caderno contém 16 questões de múltipla escolha .
4	Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
5	Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
6	Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
7	Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas .
8	O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
9	Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal este Caderno e a Folha de Respostas .

Informe seu nome completo: _____

✂ _____
Corte aqui

VIA DO CANDIDATO

Informe seu nome completo: _____

COMPROVANTE DO TEMA SORTEADO PARA A PROVA DIDÁTICA

Processo seletivo para Professor Substituto – Edital nº 105/2023-PROGESP

ÁREA: GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EM SAÚDE

NOME DO CANDIDATO: _____

TEMA SORTEADO: ____ (_____) - Preenchido pelo chefe de sala

CHEFE DE SALA: _____

FISCAL: _____

1) Para a organização institucional da utilização do recurso público, foi desenvolvido um conjunto de proposições orientadoras que balizam os processos e as práticas orçamentárias, com vistas a trazer estabilidade e consistência ao Orçamento Público, que passou a ser caracterizado, além de instrumento político-legal, também como instrumento de planejamento/ programação e de gerência/administração. Dessa forma, considerando os princípios orçamentários como proposições orientadoras, é correto afirmar que:

A) O princípio da Simplificação, conta com a busca de ações que visam a produção de informações para o planejamento e orçamento baseadas em elementos de fácil compreensão, facilitando o manejo dessas informações e, conseqüentemente, o controle e a fiscalização.

B) O princípio do Equilíbrio aponta que os valores autorizados para a realização de despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas. Contudo, a área da saúde, por ser considerada fundamental para a vida, tem sua exceção garantida diante deste princípio.

C) No que diz ao princípio da Publicidade, existe o pleno acesso das informações a profissionais da área da saúde que possuem credenciais para utilizar as informações necessárias ao exercício da fiscalização, limitando à população a necessidade de solicitação formal delas.

D) Para a obediência ao princípio da Uniformidade, os dados apresentados devem ser homogêneos nos exercícios anuais, no que se refere à classificação e aos demais aspectos envolvidos na metodologia de elaboração do orçamento, possibilitando comparações ao longo do tempo, permitindo a flexibilidade de exercícios quadrienais.

2) A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo normativos legais cuja iniciativa para proposição é exclusiva do Poder Executivo. Esses instrumentos jurídicos proporcionam organização da execução do orçamento público e um controle mais efetivo. Sendo assim considere as afirmativas abaixo:

- I. A gestão do dinheiro público no Brasil segue um modelo orçamentário baseado em leis aplicadas às esferas de governo, Federal, estadual/Distrital e Municipal, possibilitando a organização periódica do planejamento expresso no Plano Plurianual (PPA).
- II. O PPA tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas em um período de dois anos, da administração pública, e vigora do terceiro exercício do mandato governamental atual até o primeiro exercício do mandato subsequente.
- III. Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ajustar e enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades com base no PPA, estabelecendo parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, para o exercício financeiro subsequente.
- IV. A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode ser conhecida como o orçamento propriamente dito, fixa receitas e estima despesas para um exercício financeiro, o que permite, por um lado, avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos.

Em relação à programação orçamentária, estão corretas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) II e IV.

3) As ações e serviços, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), podem ser realizadas diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada. Neste último caso, o processo de contratualização dos serviços deve seguir obrigatoriedades que constam em instrumentos legais construídos para este fim. Considerando essa necessidade, analise as afirmativas abaixo.

- I. A previsão da necessidade de complementação de serviços deverá constar no Plano de ampliação da assistência à saúde respectivo (nacional, estadual, municipal), sendo detalhada na Programação Anual de Saúde (PAS), com sua formalização jurídica por meio de instrumento contratual.
- II. Nas contratações complementares de serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, assegurada a preferência às entidades lucrativas, haja vista uma formalização de maior robustez; persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, recorrer às entidades sem fins lucrativos.
- III. Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora, ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.
- IV. Os contratos firmados para a complementação dos serviços do SUS deverão observar a regionalização, a pactuação, a programação, os parâmetros de cobertura assistencial e a universalidade do acesso, sendo aprovados pelo conselho de saúde e submetidos às ações de controle e auditoria.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I e II.
- D) III e IV.

4) Ainda considerando a participação complementar da iniciativa privada, toda a execução da despesa referente ao serviço realizados pelas unidades prestadoras de serviços de saúde seguem as fases de execução da despesa pública e, portanto, existem pontos importantes para os quais se deve ficar atento. Nesse contexto, analise as afirmativas abaixo.

- I. O empenho é o primeiro estágio da despesa orçamentária, sendo um ato emanado pelo prestador de serviço e aceito pela autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Nesta etapa, surge a reserva do dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído.
- II. A liquidação acontece na verificação do direito adquirido pelo credor, independentemente de ações de controladoria e fiscalização. O contrato redigido é o comprovante padrão para determinação de tal fase da despesa e, neste caso, o ressarcimento é a ação necessária em situações de contestação referentes ao que foi entregue.
- III. O pagamento será processado pela Unidade Gestora Executora com o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga, emitindo Ordem Bancária (OB) e efetuando por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados.
- IV. A nota de empenho representa uma garantia para o fornecedor ou para o prestador de serviço contratado pela Administração Pública de que a parcela referente a seu contrato foi bloqueada para honrar os compromissos assumidos. Nela constam o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Entre as afirmativas apresentadas, estão corretas

- A) I e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e II.

5) O acompanhamento da execução do orçamento público dar-se a partir de instrumentos criados para este fim, possibilitando ações que promovem a eficiência do uso do recurso público. Considerando que estes instrumentos são cruciais nesse processo, é correto afirmar que:

- A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é uma publicação bimestral que tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do estado, demonstrando a execução orçamentária da receita e da despesa, e permite aos órgãos de controle interno e externo, acompanhar e analisar o desempenho das ações governamentais.
- B) O Relatório de Gestão é o instrumento com elaboração a cada início de gestão, independentemente do período de atuação, que permite a este gestor verificar a condição atual, mapeando problemas pré-existentes, programas suas ações e apresentando os resultados alcançados com a execução da PAS. Também orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.
- C) O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Quadrienal de Saúde (PQS). Deve ser apresentado pelo setor fiscal até o final de cada ano da gestão em audiência fechada com os órgãos de controle.
- D) O SIOPS é o sistema informatizado, de alimentação obrigatória e acesso público, operacionalizado pelo Ministério da Saúde, que possibilita o acompanhamento e monitoramento da aplicação de recursos em saúde, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

6) A contratualização de serviços deve ser formalizada por meio de um instrumento contratual que será acompanhado e avaliado por uma Comissão de Acompanhamento formada por gestores, profissionais de unidades, usuários e outros. Considerando as várias formas de relações contratuais existentes, analise as afirmativas abaixo.

- I. Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos (PCEP) é o instrumento que se destina à formalização da relação entre gestores do SUS quando estabelecimentos públicos de saúde situados no território de um Município estão sob gerência de determinada unidade federativa e gestão de outra.
- II. Contrato Administrativo é o acordo, em regime de mútua cooperação entre os entes públicos, e órgãos da administração pública direta, autarquia, fundação pública, empresa pública ou sociedade de economia mista, entre estes ou com entidade privada sem fins lucrativos.
- III. Convênio privado é instrumento firmado entre ente público e instituições privadas com ou sem fins lucrativos, quando o objeto do contrato for a aquisição de serviços de saúde caracterizada como uma compra de um produto ou um bem.
- IV. Credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) III e IV. B) I e IV. C) II e III. D) I e II.

7) Os resultados alcançados em um período de gestão devem ser acompanhados por instrumentos que possuem informações para ajudar a analisar a evolução das metas e objetivos propostos. Um desses instrumentos, o Relatório Anual de Gestão (RAG), possui essa função. Tendo como base o RAG, considere as afirmativas abaixo.

- I. O RAG, do Ministério da Saúde, é um documento direcionado a uma prestação de contas técnica, direcionado a órgãos de controle externos, e apresenta as realizações anuais, divididas em 4 trimestres, bem como as perspectivas para o Sistema Único de Saúde (SUS).
- II. A atividade de fiscalização e monitoramento das contas públicas do Ministério da Saúde são responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde (CNS), cujos conselheiros e conselheiras analisam as contas públicas, aprovando ou reprovando o documento apresentado pelo Ministério da Saúde.
- III. A estrutura do RAG deve conter: diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde; metas da Programação Anual de Saúde (PAS) previstas e executadas; análise da execução orçamentária; e recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde.
- IV. O Relatório de Gestão deve ser enviado para análise até o dia 1 de janeiro do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao órgão fiscalizador, de posse do relatório, emitir parecer conclusivo até o dia 30 de março, fechando o ciclo de avaliação.

Em relação à programação orçamentária, estão corretas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II e III.

8) As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira, assim como do desempenho da entidade. Têm por objetivo proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, assim como do desempenho da entidade, para que seja útil aos diversos usuários interessados em suas avaliações, subsidiando a tomada de decisões. Também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, considerando o cumprimento de seus deveres para com a gestão dos recursos sob sua responsabilidade.

Em se tratando das informações que as entidades devem apresentar nas demonstrações contábeis, considere as seguintes afirmativas:

I	Devem registrar Ativos e Passivos.
II	Devem mensurar o Resultado/Patrimônio Líquido.
III	Devem demonstrar as Receitas e Despesas.
IV	Devem apresentar movimentação dos Fluxos de Caixa.

Considerando as assertivas apresentadas,

- A) apenas I e III estão corretas.
- B) apenas II e IV estão corretas.
- C) apenas II e III estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão corretas.

9) O Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) deve ser aplicado considerando os requisitos gerais que representam a base para a apresentação das demonstrações contábeis, assegurando a comparabilidade tanto com esses relatórios/documentos de períodos anteriores da mesma entidade, quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Com esteio no que rege o CPC 26 (R1), considere as seguintes demonstrações:

I.	Balanço Patrimonial do início do período.
II.	Demonstração do Resultado do período.
III.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período.
IV.	Demonstração dos Fluxos de Caixa do período posterior.

São demonstrações que compõem o conjunto completo de demonstrações contábeis as contidas nas afirmações

- A) II e IV.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) I e III.

10) De acordo com Iudícibus *et al.* (2010, p. 325) a Contabilidade busca “demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas. Essa demonstração é consubstanciada basicamente no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados.”.

Através de informações obtidas dessas demonstrações, podem ser calculados quocientes ou índices que permitem uma condição de análise diagnóstica vertical e horizontal, considerando os elementos constitutivos do patrimônio e do resultado das entidades, correlacionados com uma série temporal de observações e ponderações. Uma das principais análises é via Índices de Liquidez que se referem às possibilidades de a entidade pagar seus compromissos no prazo curto, ou seja, até 360 dias ou aproximadamente 12 meses de período de operações de conformidade com o CPC 26 (R1).

Com base nessas considerações e na abordagem específica no entendimento/definição dos quocientes/índices de liquidez, é correto afirmar:

- A) A liquidez corrente é a que resulta da comparação entre o ativo corrente (ou circulante mais os realizáveis em dinheiro a curto prazo) e o passivo corrente (também circulante).
- B) Inexiste diferença entre liquidez corrente e a liquidez seca, sendo apenas uma variação de terminologia presente nas formulações teóricas da Contabilidade.
- C) A liquidez imediata difere da liquidez corrente por estabelecer uma relação entre o ativo realizável a longo prazo e o passivo corrente da entidade.
- D) Os quocientes de liquidez são obtidos pela subtração de valores extraídos dos saldos das contas do Ativo e do Passivo.

11) O regime de tributação previsto na legislação brasileira é um sistema que estabelece as regras para cobrança de impostos de cada entidade vinculada ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de acordo com o montante da sua arrecadação. A Lei nº 9.718/1998 (e alterações) e a Lei Complementar nº 123/2006 representam dois grandes referenciais para a legislação tributária federal, com matéria relativa às contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), sobretudo. Há que se considerar ainda, tributos como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além daqueles de arrecadação por entes subnacionais como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS), sem desconsiderar as contribuições previdenciárias (INSS).

Nesse contexto, na forma da legislação em vigor, dentre as três opções de regime tributário mais comuns no Brasil, considerando a situação de empreendimentos de prestação de serviços de saúde, está correta a afirmação

A) Com a LC nº 123/2006, fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional (receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00) e possibilidade de recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação de tributos.

B) De acordo com a Lei nº 9.718/1998, a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, deve adotar o regime de tributação com base no lucro real.

C) A Lei nº 9.718/1998 e suas alterações estabelecem a possibilidade e opção pela apuração do lucro presumido para as pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses.

D) A LC nº 123/2006 garante a qualquer Microempreendedor Individual (MEI), inclusive estabelecimentos mais complexos do setor saúde, a possibilidade de optar pelo recolhimento único dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista no respectivo diploma legal.

12) Cada vez mais, estudos e pesquisas corroboram o peso relativo das Despesas com Pessoal na distribuição percentual dos Gastos em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS) para os entes federados, confirmados na representação desse cenário por agrupamentos de “programas” orçamentários em Piola *et al.* (2013). De acordo com a LC nº 101/2000 (LRF ou Lei de Responsabilidade Fiscal), são considerados “gastos com pessoal”: “o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência” (BRASIL, 2000, art. 13).

Com base na LRF, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida (RCL) nos seguintes patamares:

A) União: 60% (sessenta por cento), Estados: 70% (setenta por cento) e Municípios: 70% (setenta por cento).

B) União: 50% (cinquenta por cento), Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

C) União: 60% (sessenta por cento), Estados: 50% (cinquenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).

D) União: 70% (setenta por cento), Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).

13) Há um conjunto de normas jurídicas que regem o processo do orçamento público no País, estabelecendo as regras para sua elaboração e execução em seus dois elementos estruturantes, a Receita e a Despesa. As Receitas Orçamentárias são as “disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição [...] são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade” (BRASIL, 2022, p. 39).

Com base na orientação técnico-normativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em seu Manual de contabilidade aplicada ao setor público - 9ª Edição, a receita orçamentária possui etapas com suas respectivas definições, sendo correto afirmar que:

A) A etapa do lançamento consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

B) A etapa da arrecadação é compreendida como sendo o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, e verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.

C) A etapa do recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

D) A etapa da previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.

14) O Faturamento de Contas Hospitalares é um dos temas mais relevantes às Instituições de Saúde, em especial aos Hospitais, porquanto da sua essencialidade à manutenção da “saúde financeira” dessas organizações. A aplicabilidade dos recursos nos processos de tratamento ao cliente (paciente), com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida, requer um controle e acompanhamento efetivo dos gastos. Um objetivo do faturamento hospitalar é

A) Liberar leitos de internação.

B) Elaborar um manual de boas práticas de saúde de segurança do paciente para evitar as glosas.

C) Manter um sistema de controle que emita informações que permitam obter os dados necessários ao processamento dos relatórios de faturamento.

D) Estabelecer critérios antifraudes e práticas ilegais.

15) Analise as definições a seguir:

I. Método no qual os custos e benefícios são relatados usando uma métrica comum (unidades monetárias). Os resultados desses estudos podem ser comparados com os resultados de estudos de uma ampla gama de programas públicos e permitem avaliar o quanto a sociedade, por exemplo, está disposta a pagar pelos efeitos de programas ou políticas com os custos de oportunidade.

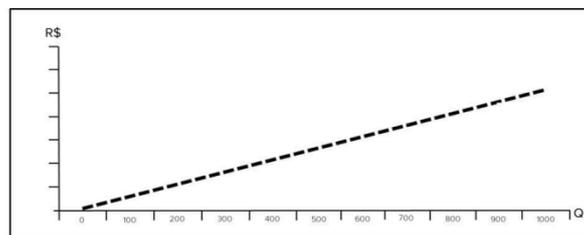
II. Nesse método, não se atribui valor monetário aos impactos das intervenções em saúde. Os impactos são medidos considerando o efeito natural mais apropriado ou unidades físicas. Unidades de medição para esses estudos podem incluir número de doenças evitadas, internações prevenidas, casos detectados, número de vidas salvas ou anos de vida salvos. A unidade de medida selecionada deve ser aquela com o impacto mais relevante para a análise.

III. Método no qual a medida dos efeitos de uma intervenção considera a medição de qualidade de vida relacionada com a saúde. Expectativa de vida, anos de vida salvos ou sobrevida são medidas de desfecho com as quais os profissionais de saúde estão acostumados a lidar e são de fácil interpretação. A unidade de medida do desfecho clínico usualmente utilizada neste método é a expectativa de vida ajustada para qualidade ou anos de vida ajustados pela qualidade.

Em termos de avaliações econômicas de saúde, as características acima se referem, respectivamente, a

- A) análise de custo-benefício; análise de custo-efetividade; e análise de custo-utilidade.
- B) análise de custo-utilidade; análise de custo-benefício; e análise de custo-efetividade.
- C) análise de custo-efetividade; análise de custo-benefício; e análise de custo-utilidade.
- D) análise de custo-benefício; análise de custo-utilidade e análise de custo-efetividade.

16) A análise de custos é um suporte gerencial e estratégico que possibilita analisar como os custos se comportam, e identificar lacunas de melhorias. Considerando a classificação de custos quanto ao volume das atividades, considere o gráfico apresentado abaixo.



O custo que apresenta variação diretamente proporcional ao volume produzido, como representado no gráfico, é:

- A) Custo Fixo.
- B) Custo Variável.
- C) Custo Direto.
- D) Custo Indireto.

